



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1002901-45.2018.8.26.0566**
Classe - Assunto **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
Requerente: **Fatima Regina Cebin Reimer**
Requerido: **Isabel dos Santos Cebin**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

Vistos.

Trata-se de pedido de alvará para levantamento de resíduo previdenciário e saldo em conta bancária ajuizado por **Fátima Regina Cebin Reimer** e **Soeli Regina Cebin Reimer**. Afirmaram que a falecida Isabel dos Santos Cebin faleceu e deixou de receber em vida resíduo de benefício previdenciário, além de saldo em conta bancário. Por isso, pugnaram pela expedição de alvará, a fim de que sejam autorizados os levantamentos. Há concordância das herdeiras, maiores e capazes.

Determinou-se a complementação dos documentos apresentados.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

Nos termos da Lei nº 6.858/1980, artigos 1º e 2º, serão pagos em quotas iguais aos dependentes habilitados perante a previdência social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, independentemente do ajuizamento de inventário ou arrolamento, mediante alvará judicial, os valores devidos pelos empregadores aos empregados; montantes das contas individuais do FGTS; montantes das contas individuais do PIS-PASEP; restituições de IRPF e outros tributos recolhidos por pessoa física. Sujeitam-se a mesma regra os saldos bancários, de cadernetas de poupança ou fundos de investimento até o valor de 500 OTNs, desde que não haja outros bens sujeitos a inventário.

A Lei nº 8.213/91, no artigo 112, contém regra idêntica no que diz respeito ao valor não recebido em vida pelo segurado, no âmbito da previdência social, este objeto do presente pedido.

Foram complementados os documentos apresentados, inexistindo óbice ao acolhimento do pedido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Ante o exposto, **julgo procedente o pedido, para autorizar a requerente Fátima Regina Cebin Reimer a levantar o valor não recebido em vida pela falecida, no âmbito da Previdência Social (fl. 10) e junto ao Banco do Brasil (fl. 28), extinguindo-se o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.**

Expeça(m)-se o(s) alvará(s) necessários, preenchendo todos os requisitos legais e formais, em nome da requerente e com prazo de 180 dias.

Ausente qualquer interesse recursal (art. 1000 do CPC), fica anotado o trânsito em julgado na data da prolação desta sentença, dispensando-se o Cartório de emitir certidão.

Custas na forma da lei.

Decorridos 30 dias após a expedição do alvará, nada sendo requerido, arquivem-se os autos, dando-se baixa no sistema.

São Carlos, 08 de junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**